

Quatro anos da guerra da Ucrânia: a derrota russa e a reinvenção da Europa



» VINÍCIUS MÜLLER
Doutor em história econômica pela USP e professor da Faculdade Belavista, do Insuper e da Fundação Dom Cabral

Há um ano, em Helsinque, durante uma conversa com um diplomata finlandês, insinuei que a China se comportava de maneira surpreendentemente responsável, já que mantinha uma posição que, embora apoiasse a Rússia em sua invasão no território ucraniano, tal apoio não era suficiente para que a ditadura de Putin vencesse o conflito. A resposta foi imediata: ao contrário, a China, segundo ele, mantinha uma posição condenável, já que poderia acabar com a guerra na Ucrânia retirando o apoio dado à Rússia.

Na ocasião, fazia pouco que a invasão russa na Ucrânia completara três anos. Um ano depois, neste início de 2026, a guerra completa quatro anos. E a recente declaração do presidente da Finlândia durante o encontro de Davos, de que a Rússia virtualmente perdeu a guerra, é uma boa notícia em meio às indefinições que tomaram o cenário internacional nos últimos meses.

Segundo Alexander Stubb, a autocracia russa não está prestes a perder a guerra pela falta de apoio mais decisivo da China, mas porque superestimou sua capacidade militar e supôs

certa inanição europeia ante o avanço sobre território ucraniano. A comparação entre o atual conflito e as duas grandes guerras do século 20 é avassaladora. Durante os quatro anos da Primeira Guerra Mundial, o Império Russo esteve envolvido diretamente por quase três décadas. Na Segunda Guerra Mundial, a ex-URSS lutou por aproximadamente três anos e meio. Ou seja, menos tempo do que na atual guerra. A alegada superioridade bélica russa não se confirma, inclusive pelos dados de mortes de militares. Embora o governo do Kremlin não atualize regularmente as informações relativas às baixas, estima-se que mais de 1 milhão de soldados russos já morreram na Ucrânia. Principalmente em combates de trincheiras.

Um breve olhar para a economia interna da Rússia também revela a dificuldade do país. Inflação na casa dos 30% e altas taxas de juros, de aproximadamente 16%. E, embora a demanda por petróleo e gás continue em alta, boa parte dos países e, principalmente os europeus, já sustentam suas necessidades energéticas sem acessar a produção russa. Neste início de 2026, as receitas russas oriundas da venda de petróleo e gás chegaram ao seu nível mais baixo nos últimos muitos anos.

Aliás, a Europa se mantém como principal adversário do ditador russo. Após um início quase vergonhoso, simbolizado pelo desprezo dedicado por Putin ao presidente francês, o velho continente se posicionou ao lado da Ucrânia, se reorganizando em torno daquilo que mais aprendeu com as guerras do início do século 20. Ou seja, negociar com ditadores é

a senha histórica para ser vítima de traição. Dessa forma, mesmo com as ameaças vindas do governo dos EUA, os países europeus não só mantiveram suas fronteiras amigáveis aos refugiados ucranianos, como ampliaram seus gastos militares, redesenharam suas políticas energéticas em nome da menor dependência em relação ao petróleo e gás russos e impediram diplomaticamente que as propostas de Trump, de obter um acordo de paz entre Rússia e Ucrânia sem considerar as posições europeias, lograsse êxito.

Vale lembrar as duas justificativas russas para a invasão na Ucrânia: o direito histórico da Rússia sobre território ucraniano (argumento duvidoso e carregado de vieses) e o risco de a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) chegar às fronteiras russas. O resultado está cada vez mais perto da ridicularização da primeira justificativa e da consolidação da Otan como fundamentalmente europeia e com fronteira significativa com a Rússia.

Dessa forma, embora a guerra ainda não tenha terminado nesse seu aniversário de quatro anos e um possível acordo ainda esteja sendo discutido em torno da cessão de territórios ucranianos para a Rússia, uma vitória de Putin é cada vez mais improvável. Ao menos nos moldes imaginados há quatro anos. E, diferentemente do que estava em pauta na minha conversa com o diplomata finlandês, o agente mais importante para esse resultado não foi a China, e, sim, a Finlândia, a Suécia, a Polónia, a Alemanha, entre tantos outros países da Europa. E, claro, a cada vez mais europeia Ucrânia.



A mulher não é um homem que veio com defeito



» ROBERTO LIVIANU
Procurador de Justiça do MPSP, idealizador e presidente do Instituto Não Aceito Corrupção (Inac), doutor em direito pela USP

» NATHALIE KISTE MALVEIRO
Procuradora de Justiça do MPSP, ex-integrante do Conselho Superior, mestranda em direito penal pela USP

Em julgamento lamentável em Minas Gerais, não obstante há décadas se tenha consolidado a súpula 593 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), segundo a qual a experiência sexual ou namoro não afastem o crime de estupro de vulnerável, entendeu-se que um homem de 35 e uma menina de 12 poderiam realizar sexo consensual não criminoso, estuprando-se a dignidade humana da vítima. O STJ, corte do qual o ministro Marco Buza está afastado em razão de denúncias de importunar sexualmente duas mulheres — uma moça de 18, filha de um casal de amigos, e uma funcionária terceirizada do Tribunal—, discute, um caso do Paraná, se o “relacionamento” de três semanas de um homem com uma menina de 12 anos merece ser considerado crime. Será contradição de valores interna existencial ou cinismo relacionado à modernidade líquida de Zygmunt Bauman?

A prisão do ex-príncipe Andrew, que manchou para sempre a história da realeza britânica, ocorreu por estar envolvido com a rede espúria de Jeffrey Epstein, que tem ramificações que desafiam os limites da globalização. O universo

de pessoas envolvidas com Epstein e sua magnitude de poder é impressionante, assim como o nível superlativo de coisificação da mulher no seu asqueroso esquema que fornecia jovens como se fossem produtos fast food de prateleira ao gosto do freguês.

No Brasil, notícias de festas, com a presença de banqueiros, políticos e empresários, onde são oferecidas moças russas e ucranianas para entretenimento deles nos atordoam. Mulheres belas que não entendem o idioma, já que não estão ali para conversar.

Algumas semanas atrás, uma tragédia que não é inédita fez com que Itumbiara se tornasse o centro de atenções do país. O homem, secretário municipal, inconformado com a separação, descobrindo que a ex-esposa iniciava um novo relacionamento, tirou a vida dos dois inocentes filhos, de 12 e 8 anos, e se suicidou para que ela pagasse publicamente o preço do que, para ele, seria uma traição, humilhando-a e destruindo-a moralmente da maneira mais vil e profunda pela via da execração machista.

Nas quartas de final do campeonato paulista de futebol, as duas primeiras partidas disputadas foram muito bem apitadas por mulheres. No jogo vencido pelo São Paulo, um dos jogadores da equipe local vencida — Red Bull Bragantino — declarou que não adiantava jogar contra grandes equipes se, em jogos daquele quilate, mulheres fossem escaladas para apitar, como se a masculinidade garantisse eficiência na arbitragem.

Esses temas que nos atravessaram nas últimas semanas são ligados por um mesmo fio condutor do patriarcado, um sistema que sustenta a misoginia e que está no centro de todos esses episódios e dos índices

assustadores de violência contra a mulher. Não há solução simples para um problema complexo e multifatorial.

Meninos são ensinados desde cedo a odiar o que se relaciona ao feminino, desde o cor-de-rosa até as tarefas da casa. São ensinados que os piores xingamentos são aqueles que afetam sua masculinidade, comparando-os com meninas. A violência contra as mulheres, que explode em quatro feminicídios por dia, começa nas piadinhas machistas, nos comentários depreciativos, na objetificação do corpo feminino, na exclusão de mulheres de determinados ambientes.

Do jogador de futebol que justifica a derrota citando a juíza de futebol; dos desembargadores que admitem que relações sexuais entre um homem de 35 anos e uma menina de 12 são aceitáveis; afinal, este é o papel da menina na sociedade; dos banqueiros e empresários que trazem mulheres estrangeiras para servirem ao seu deleite; afinal, melhor que não entendam o idioma porque não estão lá para serem ouvidas; ao ex-marido que, frustrado com a própria capacidade de manter uma família, a destrói; afinal, a família era sua e dela ele pode dispor, a violência de gênero se faz presente.

São séculos de misoginia reverberada, partindo da premissa monstruosa de que o gênero masculino é superior ao feminino. Além de legislação forte que proteja as mulheres, precisamos de projetos de educação que ensinem, desde muito cedo, que não há hierarquia entre os gêneros. Afinal, como afirmou magistralmente a acadêmica Rosiska Darcy, em conferência no Projeto Ética Imortal do Instituto Não Aceito Corrupção (Inac), a mulher não é um homem que veio com defeito.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br



Como desinvestir no próprio futuro

Nos últimos anos, o Brasil tem ocupado posições que constroem uma nação com ambição de protagonismo global. Não se trata de um troço isolado, mas de um padrão que se repete em indicadores internacionais que medem aquilo que sustenta o desenvolvimento moderno, a integridade institucional, o ambiente econômico e a capacidade de inovar. O retrato é conhecido, mas nem por isso menos inquietante.

No Índice de Percepção da Corrupção 2025, divulgado pela Transparência Internacional, o Brasil aparece na 107ª posição entre 182 países, com 35 pontos em uma escala de 0 a 100. Trata-se de uma das piores colocações da série histórica recente, refletindo deterioração da percepção institucional no cenário internacional.

Em competitividade, o diagnóstico também é severo. No ranking de 2025 do IMD World Competitiveness Center, o Brasil ocupa a 53ª posição entre 69 economias avaliadas, evidenciando entraves estruturais à produtividade, à eficiência do setor público e ao ambiente de negócios. Já no Índice de Liberdade Econômica 2025, produzido pela The Heritage Foundation, o país é classificado como “Mostly Unfree” (majoritariamente não livre), com pontuação inferior à média mundial. Independentemente da matriz ideológica do instituto, o dado reforça a percepção internacional de insegurança regulatória e instabilidade normativa.

Esses números não são meras abstrações. Eles dialogam com dados internos. Segundo o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), o Brasil registrou cerca de 29 mil pedidos de patente em 2023, número modesto para uma economia do porte brasileiro e ainda fortemente concentrado em depositantes estrangeiros. No cenário global, conforme a Organização Mundial da Propriedade Intelectual, o país permanece distante das nações líderes em depósitos de patentes.

Em termos práticos, significa menos empresas de base tecnológica, menor densidade inovadora e inserção periférica nas cadeias globais de valor. E, sobretudo, revelam um Estado que falha em criar condições estáveis para que a inteligência nacional floresça.

É nesse contexto que ganhou contornos simbólicos o episódio envolvendo a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Reportagens publicadas em 2024 indicaram que a instituição deixou de manter a vigência de uma patente relacionada à tecnologia conhecida como polilamina por inadimplência de taxas junto ao INPI. O caso, ainda que específico, tornou-se metáfora de uma fragilidade estrutural, a dificuldade de transformar pesquisa pública em ativo protegido e economicamente explorável.

Mais do que um revés administrativo, o episódio expõe um paradoxo. O Brasil investe cerca de 1,2% do PIB em pesquisa e desenvolvimento, segundo dados do Banco Mundial, percentual inferior ao de países que lideram a inovação global, como Coreia do Sul e Israel, que superam 4% do PIB. Investimos pouco e, quando investimos, frequentemente falhamos na proteção estratégica do resultado.

Em ambientes em que ciência é tratada como política de Estado, descobertas com potencial disruptivo são cercadas por mecanismos ágeis de proteção e transferência tecnológica. Aqui, sucumbem à burocracia, à escassez orçamentária e à fragmentação institucional. O dano é duplo, perde-se o retorno econômico direto e, ao mesmo tempo, dilui-se o prestígio científico.

A evasão de pesquisadores também não é retórica. Dados do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos indicam crescimento da migração de cientistas brasileiros nos últimos anos, fenômeno associado à instabilidade de financiamento e à redução do poder real das bolsas, que ficaram longos períodos sem reajuste até 2023.

O argumento de restrição fiscal, recorrente em tempos de aperto, não resiste a exame comparado. Países que, hoje, lideram inovação protegeram seus sistemas de ciência e tecnologia mesmo em ciclos de crise. Investimento em pesquisa não é gasto supérfluo, é infraestrutura do século 21. Sem ele, qualquer projeto de desenvolvimento torna-se dependência tecnológica crônica.

Os rankings internacionais, frequentemente desqualificados como percepções externas, funcionam como espelhos imperfeitos de realidades internas. Quando um país figura mal em integridade, competitividade e liberdade econômica, o efeito cumulativo recai justamente sobre o ecossistema que deveria produzir soluções. Sem ambiente institucional estável, o laboratório se isola; sem mercado dinâmico, a invenção não escala; sem proteção jurídica eficiente, a patente não sobrevive.

O custo dessa trajetória é pago em silêncio, pelo estudante que abandona a pesquisa por falta de bolsa, pelo laboratório que opera com equipamentos obsoletos, pela empresa que deixa de inovar, pela sociedade que passa a importar tecnologias que poderia desenvolver.

Não faltam exemplos de reversão possível. O Brasil tem massa crítica, universidades consolidadas e pesquisadores reconhecidos internacionalmente. O que falta é previsibilidade orçamentária, gestão eficiente da propriedade intelectual e coordenação estratégica entre ciência, Estado e setor produtivo.

Como alguém sintetizou certa vez, “todo filme de desastre começa com o governo ignorando um cientista”. A frase é espirituosa, mas contém uma advertência estrutural. O desastre raramente é súbito. Ele se constrói aos poucos, na soma de pequenas omissões, no adiamento de prioridades, na negligência aparentemente banal.

A frase que foi pronunciada

Todo filme de desastre começa com o governo ignorando um cientista.

Anônimo

História de Brasília

Ela surgiu, inocentemente, de uma conversa no bar do acampamento do jornal, àquela época secretariado pelo Eduardo Santa Maria. Ele sugeriu que o jornal deveria ter uma coluna para defender a cidade e, assim, teve início o nosso trabalho. (Publicada em 15/5/1962)